

PFL busca formas de salvar ACM

• Logo após o depoimento de Regina, líderes pefelistas começaram a discutir saídas para socorrer Antonio Carlos. Uma das idéias — se for provado que a lista existe e que Antonio Carlos tomou conhecimento dela — é sustentar que ele não foi o operador da fraude, apenas tomou conhecimento do resultado da votação. Neste caso, o PFL tentará uma punição intermediária. Em vez da perda de mandato, uma suspensão. E já arranhou argumentos legais para isso. Nesse caso, Antonio Carlos faria um mea-culpa por não ter revelado, como presidente do Senado, a violação da votação secreta, atribuindo a Arruda a iniciativa de conseguir a lista.

A resolução 20/93 do Senado, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar, estabelece em seu artigo 10º que a perda temporária de mandato pode ser aplicada em pelo menos duas hipóteses em que poderia ser enquadrada a violação do painel: “revelar conteúdo de debates ou deliberações que o Senado ou comissão haja resolvido devam ser secretos” e “revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental”.

— Teoricamente, isso é possível. Mas o conceito de quebra do decoro parlamentar é bastante subjetivo e não se pode adiantar o que acontecerá — afirmou o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carrero.

O senador José Agripino Maia (PFL-RN) afirmou:

— Não existe hipótese de o PFL assistir impassível ao processo de cassação do senador Antonio Carlos.

Ontem Antonio Carlos foi homenageado no município de Itapetinga (BA) e, no fim da tarde, assistiu a uma missa pelo terceiro ano de falecimento de seu filho Luís Eduardo.

— Seu eu tiver que escolher entre a Bahia e o presidente da República, ficarei com a Bahia, pela moralidade pública — disse Antonio Carlos, num discurso para três mil pessoas.

No caso de renúncia do senador baiano, assumiria a vaga seu filho Antonio Carlos Magalhães Júnior. ■